

# De volta à periferia, agora da China

CLAUDIO SALM

**T**odos conhecem a historinha do garoto que, de tanto gritar por socorro quando não precisava, deixou de ser acudido quando estava por se afogar de verdade. Algo parecido pode acontecer com a educação no Brasil.

A Teoria do Capital Humano — uma aplicação do cálculo econômico à educação — reinou entre nós de forma quase absoluta na década de 1990, um sucesso de bilheteria nos mais variados círculos, inclusive no meio universitário, apesar de esse público ser mais receptivo às análises estruturais. Vale lembrar que Mark Blaug, um dos pais fundadores da TCH, já nos anos 1960, quando ela tinha virado moda nos EUA, recusou-se a seguir orientando teses que tivessem essa teoria como paradigma. Uma teoria que explica tudo, dizia ele, não explica nada.

Desemprego, informalidade, baixos salários, concentração de renda, tudo isso nos era explicado pelos excessos regulatórios das leis trabalhistas e pelas deficiências educacionais. Junto com a liberdade para contratar e demitir, a educação era apresentada como remédio para todos esses males. A escolarização dos mais pobres iria corrigi-los independentemente do dinamismo e da estrutura da economia.

Com a arrogância típica do “pensamento único”, os adeptos da TCH desdenhavam qualquer abordagem alternativa. Crescimento econômico, mudanças estruturais, padrão tecnológico, valor do salário mínimo, sindicalização, regulação e fiscalização do trabalho, nada disso teria importância diante do suposto desajuste entre a

oferta e a demanda de qualificações.

Nesta década, principalmente depois de 2004, com a aceleração do crescimento econômico, aumentou a demanda de mão de obra, a maioria dos postos de trabalho criados passou a ser de empregos formais (com carteira assinada) e diminuíram os índices de desigualdade das remunerações. Diante do que ocorreu, a TCH parece haver se desmanchado no ar, pois não se verificou qualquer alteração importante nem na oferta e nem na demanda das credenciais educacionais da nossa mão de obra. Para o bem e para o mal, a estrutura ocupacional da economia brasileira não demandou nesses anos de aumento do emprego maiores requisitos educacionais. As explicações para as melhorias estão no esforço por maior arrecadação em consequência da crise de 1999, que ampliou a formalização das empresas e, portanto, dos contratos de trabalho, bem como na expansão do crédito e no aumento do valor do salário mínimo.

A constatação, porém, não significa que possamos seguir crescendo ao ritmo atual sem dar prioridade para a educação. Isso porque mesmo essa nossa estrutura ocupacional pouco exigente requer conhecimentos e atitudes que só podem ser adquiridos na escola. Muitas atividades que pagam mal e não oferecem perspectivas de crescimento profissional, mas que geram muitos empregos, como call centers, por exemplo, exigem competências incompatíveis com a escolaridade de milhões de trabalhadores ainda subempregados tanto no campo como nas cidades.

Para sustentar altas taxas de crescimento, será preciso enfrentar daqui para a frente o problema da escassez de mão de obra qualificada, que não é sinônimo de formação pro-

fissional específica, mas de alfabetização, de capacidade de comunicação de forma articulada, de raciocínio lógico, enfim, de atributos próprios de quem possui escolaridade básica. Cursos profissionalizantes curtos podem ser importantes, principalmente para quem está desempregado. Nosso sistema de formação profissional pode ampliar muito a oferta desses cursos, mas eles não podem ser vistos como substitutos da escola regular.

Não é preciso dizer que o problema seria mais grave ainda se aspirássemos a uma melhor participação na divisão internacional do trabalho. A maior inserção recente do Brasil no comércio mundial deveu-se à explosão no valor dos alimentos e das matérias-primas. Nossas exportações de manufaturas, especialmente daquelas mais intensivas em tecnologia, vêm perdendo peso e estamos retornando à condição de mera periferia, agora da China, o novo centro dinâmico da economia mundial. Se quisermos reverter essa tendência, teremos que investir muito em educação básica, tanto na qualidade como na ampliação da cobertura do ensino médio, propedêutico e técnico, como já vem sendo feito em São Paulo.

O maior mal causado pela TCH foi ter banalizado a questão da educação, apresentando-a como panaceia. A prioridade conferida hoje, quando o nosso atraso educacional passou a ser realmente um obstáculo para o desenvolvimento, não pode cair no descrédito. Não podemos deixar o garoto mentiroso se afogar.

CLAUDIO SALM é professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

